



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA/UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA**

JACOB VICENTE DE SOUSA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

**SOUSA- PB
2014**

JACOB VICENTE DE SOUSA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

Monografia apresentada ao curso de Especialização, na disciplina Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Ana Alice Rodrigues Sobreira

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725e Sousa, Jacob Vicente De
Educação especial no Município de São João do Rio do Peixe
[manuscrito] / Jacob Vicente De Sousa. - 2014.
31 p.

Digitado.
Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Ana Alice Rodrigues Soubreira, Física".

1.Necessidades especiais. 2. Inclusão escolar. 3. Políticas públicas educacionais. I. Título.

21. ed. CDD 379.263

JACOB VICENTE DE SOUSA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria Do Estado da Educação da Paraíba em cumprimento a exigência para Obtenção de grau de especialista.

Aprovado em 06/12/2014

Ana Alice R. Sobreira

Ana Alice Rodrigues Sobreira
Orientadora

Marcos Antônio Barros

Marcos Antônio Barros
Examinador

Ada Késea Guedes Bezerra

Ada Késea Guedes Bezerra
Examinadora

“Se ninguém aprendeu, não houve ensino, o objetivo da vida não é o conhecimento, pois o homem não vive para saber, aprende para viver melhor”

John Dewey

AGRADECIMENTO

Não existe limite para a gratidão

Manifestando-a o homem se engrandece e ostenta a solidariedade por isso sou grato.

Agradeço antes de tudo ao meu Deus por ter me concedido a vida e o privilégio de estar neste ministério, que é levar e incentivar educação para a sociedade em um todo.

A minha esposa Maria de Lourdes Paulino de Sousa, aos meus filhos, meus netos pelo carinho pela paciência que me tem concedido, muito obrigado. Sem vocês eu nada sou.

A minha linda orientadora Ana Alice Rodrigues Sobreira pela solidariedade na construção do conhecimento, não tem igual, ela é mansa, firme, assertiva e comprometida com a construção do conhecimento científico. Verdadeiramente ela acreditou não só no meu projeto, mas, sobretudo na minha capacidade humana.

Aos meus pais em memória, que tanto sonhavam realizar este sonho em suas vidas, que Deus lhes deem o descanso.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo diagnosticar a realidade da Educação Especial nas escolas do município de São João do Rio do peixe, Paraíba, buscando especificar o número de alunos com necessidades especiais apresentadas; qual o tipo de atendimento especial desenvolvido, quais as condições das escolas frente a proposta da Educação Especial. Para tanto foi realizada uma pesquisa. O campo de pesquisa a rede de escolas do município de São João do Rio do Peixe, PB composta de 18 escolas municipais, 02 escolas estaduais e 01 escola da APAE. Nestas instituições foram pesquisados os professores, sendo que cada escola respondeu a um questionário com questões fechado e aberto. As entrevistas realizadas em quatro etapas. Os resultados apontaram que o movimento de educação especial dos alunos com necessidades especiais existe, enfrentando desafios, tais como falta de recursos humanos capacitados na área da educação especial, inclusão escolar, construção técnicos pedagógicos acessíveis, acessibilidade física. Partindo da análise dos resultados obtidos recomendo-se que realize ações concretas nas escolas municipais, estaduais da educação especial no município de São João do Rio do peixe, PB como propósito de desenvolver as Políticas públicas educacionais, especificamente as ações no programa do MEC /SETEC, denominado TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para pessoas com Necessidades Especiais.

Palavras Chaves: Necessidades especiais. Inclusão escolar. Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRATCT

This work aims to diagnose the reality of Special Education schools in São João do Rio do Peixe, Paraíba, seeking to specify the number of students with special needs presented; what kind of special care developed, what the conditions of the schools forward the proposal of Special Education. For such a survey was conducted. The field research was the network of schools in the municipal of São João do Rio do Peixe, PB 18 municipal schools, 02 state schools and 01 school APAE. Teachers in these institutions were surveyed, each school responded to a closed and open questionnaire. Occurred in four steps. The results showed that the movement of special education for students with special needs already exist, although with some barriers and challenges, such as lack of trained human resources in the area of special education, school inclusion, teaching technical building affordable, physically accessible. Based on the analysis of the results obtained recommend that you do more actions in Municipal, State schools of special education in the municipal of São João Rio do Peixe, PB develop public educational policies, specifically the actions of the MEC / SETEC program called TEC NEP - Education, Technology and Professionalization for people with Special Needs.

Keywords: Special Needs School Inclusion, Public Policy Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
OBJETIVOS	12
CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	13
1.1 Um olhar sobre as Políticas Públicas.....	14
1.2 Educações Inclusivas: Da integração A inclusão.....	17
1.4 Acessibilidade: dos obstáculos a superação	19
CAPÍTULO II- METODOLOGIA	21
2.1 Tipo de pesquisa	21
2.2 Local da pesquisa.....	22
2.3 Procedimentos para coleta de dados	22
2.4 Apresentação e análise dos resultados	23
2.5 Breve caracterização das escolas pesquisadas	23
2.6 Perfil da clientela NES	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
APÊNDICE	28

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um dos piores países do mundo em investimento na área de educação, conforme a revista Científica de Psicologia. Neste sentido, este trabalho apresenta uma revisão de literatura sobre a história da educação Especial no Brasil, que teve como marco a criação do Imperial instituto dos Meninos cegos e do Instituto dos Surdos- mudos, na cidade do Rio do Janeiro (.2007).

No final do século XX a conferência Mundial de Educação para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia no ano de 1990, teve como compromisso aprovado e assumido a universalização da educação como bem da humanidade e consumo essencial para uma boa qualidade de vida. Não tendo em vista que a educação não oferecia melhorias e garantias para todos.

A educação é concebida como meio facilitador de valorização pessoal, autoestima, entre outros valores, que poderão disponibilizar condições mínimas para compreensão da diversidade como uma característica presente em todos os grupos humanos. A meta para a educação constante no Plano Nacional de Educação é prevista para ser alcançada até 2015, diz respeito a objetivos e entendimento de que a educação pode ser chave para a melhoria de vida das pessoas. Essas preposições indiscutivelmente provocam uma inquietação em todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão comprometidos com a educação dos alunos que possuem deficiências.

No contexto atual tanto o conceito de educação com deficiência se colocam sob a suspeita, no sentido de traçar possibilidade de pensar a prática educativa, tendo em vista as diferenças humanas, não como minorias, mas como constituição social e cultural da humanidade. A concepção de deficiências e da educação especial, ao longo dos séculos, sofreu profundas mudanças e essas influenciaram a prática da educação especial, ou seja, a educação das pessoas que apresentam alguma necessidade educacional especial.

As bases teóricas e metodológicas que formam esse paradigma têm raízes históricas e culturais de uma determinada época que influenciam as decisões educacionais atuais. Os saberes e relações de poder que são produzidos em um sistema são imutáveis e se multiplicam, passando a ser entendido e explicados de formas diferentes, adaptando-se em cada momento histórico e

cultural. Observa-se isso nos diferentes paradigmas em torno da deficiência e da educação especial, no município de São João do Rio do Peixe.

Onde a solidariedade deve fazer parte da educação inclusiva no sentido de que os sujeitos envolvidos educadores, pais, alunos, entre outros sintam-se parte deste processo de maneira que cada um possa responsabilizar-se e apoiar o outro. Para tanto, os sujeitos envolvidos devem compartilhar de interesses e objetivos comuns que venham favorecer todos os educadores, no seu fazer pedagógico, os alunos, no processo de desenvolvimento e aprendizagem; os pais, no envolvimento do processo educativo dos filhos.

Na escola inclusiva, é proposta uma pedagogia centrada no aluno e não no conteúdo, ou seja, o educador deve se preocupar em conhecer este aluno, o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, suas habilidades e necessidades, para assim planejar a aula e não planejar sua aula visando conteúdo a transmitir sem se preocupar em conhecer os alunos que estão na sua sala de aula, sendo considerados e tratados como “Iguais”, sem diferenças sociais, culturais, econômicas e pessoais. Essa nova tendência de educação paradigma da inclusão, tem gerado muita insegurança, perplexidade, rejeição, omissões, porém há casos tem gerado otimismo, cooperação, crescimento social político e principalmente, humano. Sabe-se que não é fácil frente a atual situação educacional, econômica, social e política, que requer mudanças urgentes em todos os setores. Mas também compreende-se que a educação especial e a educação comum não deve continuar como estão, separadas, pois o conceito de educação especial tem se aprimorado, ampliado, evoluído para um conjunto de recursos humanos e materiais a disposição de todos os alunos.

Este trabalho apresenta uma revisão de literatura sobre a história da educação especial no município de São João do Rio do Peixe, tratando de um assunto importante, uma vez que a inclusão escolar tem sido um tema de diversos estudos em nosso País. Para entender o processo de inclusão e seus desafios, faz-se necessário conhecer a história e toda sua trajetória percorrida pela educação especial, desde a criação dos primeiros institutos até os dias de hoje, com a inclusão de portadores de necessidades especiais no ensino fundamental. Sugere-se que este tema possa contribuir para os trabalhos dos professores, psicólogos, pedagogos e profissionais que atuam na área de educação e com

portadores de necessidades especiais, além de apontar indícios para maiores pesquisas sobre o assunto.

Partindo-se da análise dos resultados obtidos, formulou-se propostas de ações inclusivas para realidade da rede de ensino de São João do Rio do Peixe, a partir da atuação das escolas municipais e estaduais deste município.

Desenvolver ações inclusivas implica necessariamente em conhecer as políticas públicas educacionais suas posturas e práticas direcionadas a esse propósito.

Da mesma forma, diagnosticar o contexto é imprescindível para conhecer essa realidade e, a partir disso, dimensioná-la analisando seus aspectos à luz da legislação, das políticas existentes, dos recursos humanos e materiais disponíveis que os profissionais da educação frente a essa temática.

Este estudo caminha neste sentido buscando subsídios para futuras contribuições elaboradas com base no cenário encontrado.

2 OBJETIVOS

GERAL:

Realizar estudos teóricos acerca do desenvolvimento e contribuições da Educação Inclusiva no município de São João do Rio do Peixe, para descoberta e prática de habilidades dos estudantes com deficiências.

ESPECÍFICOS:

Analisar o interesse dos estudiosos e educadores acerca da Educação Especial através de trabalhos escritos a partir de pesquisa;

Avaliar o conhecimento específico e globalizado sobre a Educação Inclusiva;

Contribuir no suporte pedagógico aos docentes em assunto referente à educação inclusiva;

Possibilitar aos participantes conhecimentos básicos de Língua Portuguesa de sinais e de cultura surda.

CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O movimento pela educação inclusiva escolar é um assunto debatido em todo o mundo e, nas últimas décadas, esta discussão cresceu consideravelmente no Brasil. Como consequência, tem originado a elaboração de políticas educacionais para educação inclusiva de alunos com necessidades especiais.

A educação inclusiva ofertada nas escolas é uma proposta que teve o início, no Brasil, marcado pela participação na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, Jontiem, Tailândia, no fórum Mundial da Educação, em Dacar, Senegal e, principalmente, com a Declaração de Salamanca, em 1994, quando os princípios da educação inclusiva ficaram mais claros (MEC/SEEP,2008).

A inclusão escolar cresce a cada ano e, junto, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Na escola inclusiva os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornam cidadãos solidários. Segundo Serrão e Baleeiro (1999), a cidadania se constrói pelo conhecimento e respeito as diferenças individuais, pelo combate ao preconceito, ampliação de consciência em relação aos direitos e deveres e na confiança no potencial de transformação de cada um.

Para Veigas (2003), a instituição escolar deve desenvolver, a partir da legislação vigente, proposta e níveis de acessibilidade capazes de viabilizar a prática de uma educação inclusiva, partindo de níveis diferentes: Currículo, gestão e metodologias. Construir uma escola inclusiva significa assumir um compromisso em se rever concepções e paradigmas em torno da educação, respeitando e valorizando a diversidade dos alunos, atendendo as suas necessidades e desenvolvendo o potencial de cada um.

A proposta da inclusão escolar parte do princípio de que pessoas com ou sem necessidade especial beneficiam-se do compartilhamento do processo pedagógico inclusivo em que estejam inseridos. No entanto, são vários os obstáculos enfrentados na concretização do objetivo da inclusão, esbarrando em diferentes níveis, desde a esfera governamental até pessoal.

A questão principal que circunda a inclusão está em como desenvolver no cotidiano escolar uma postura com práticas e políticas inclusivas. Muitas vezes, essa postura esbarra na falta de capacitação na área, em recurso financeiro escasso e principalmente, no preconceito. Para entender essa realidade é necessário aproximar-se vivenciá-la no seu contexto.

Nesse movimento para uma educação para todos, com foco na inclusão escolar, as instituições Estaduais e Municipais constituem-se em um meio capaz de viabilizar e disseminar essas políticas públicas educacionais em seus campos de abrangência.

Sendo assim, as escolas municipais e estaduais vêm buscando desenvolver ações que contribuam para educação inclusiva em sua área de abrangência, desta forma surgiu o problema que suscitou este estudo. Qual a realidade da inclusão escolar presente nas escolas do município de São João do Rio do peixe, PB?

A educação inclusiva é um tema nas últimas décadas e tem ganhado significativo espaço nos debates em torno da construção de uma educação de qualidade e para todos. No entanto, discutir a educação inclusiva implica refletir sobre as políticas públicas educacionais, sobre os modelos construídos para abordarem o fenômeno educativo e sobre as dificuldades e obstáculos que a instituição escolar deve transpor para que, de fato, venha a ser uma escola para todos.

1.1 UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Historicamente, o privilégio de grupos em detrimento da exclusão de outros, nas escolas, foi legitimado por políticas e práticas educacionais que reproduziam a ordem social vigente. Mesmo diante da democratização da escola e do binômio inclusão/exclusão, grupos que não estão dentro dos padrões de normalidade continuam segregados. (MEC/SEESP,2008).

Assim a construção de uma política não é algo muito fácil, pois esbarra em alguns limitadores que se estendem, desde ideologia presente até o distanciamento de quem elabora essa política da realidade onde a mesma será implementada. De acordo com Barbosa (2005), é extremamente necessário o conhecimento de todos os elementos para sanar o problema, tais como a demanda, os recursos disponíveis ou ausentes.

Com relação às políticas públicas relacionadas a igualdade de oportunidade na educação inclusiva. Faz-se necessário estabelecer uma aproximação com a realidade das escolas, dialogando com as mesmas, para assim, através de uma definição de ações educacionais em conjunto, elaborar uma política de atendimento integral, que contemple as suas necessidades.

Algo a ser pontuado nesse contexto e que merece atenção especial se refere ao direito a igualdade. Em algum aspecto, este direito acaba funcionando como um rolo compressor, pois passa todas as diferenças no seu mais amplo conceito, nivelando a todos. Por consequência, descaracteriza os sujeitos e, se alguém não foi nivelado, fica excluído. As pessoas com NEs têm direito de serem iguais, quando existe desigualdade no seu acesso as oportunidades, quando há diferença pela situação limitadora. Por conseguinte, possuem também o direito de ser diferente quando há padronização, nivelção, uniformidade e mesmice que os iguala, fazendo com que percam a sua identidade, e passem a ser descritos apenas por rótulos, terminologias.

Para Carneiro (2008), a implementação das políticas públicas com vistas a uma educação inclusiva requer a sensibilização da sociedade e da própria comunidade escolar frente a diversidade humana; o desenvolvimento de parcerias entre a escola comum e instituições especializadas; o reconhecimento da ausência de investimentos financeiros para capacitação em todos os níveis e, finalmente, o apoio permanente ao docente.

Tal prerrogativa tem, no Brasil, amparo legal, sendo que algumas das referências documentais sobre o direito à educação das pessoas com deficiência e que apresentem necessidades especiais são encontradas nos seguintes documentos: emenda constitucional nº 12 de 1978, Constituição Federal de 1988, Lei nº 7.853 de 1999 (lei da integração), Decreto nº 3.298 de 1999 (regulamenta a lei de nº 7.853), Declaração de Salamanca de 1994, LDBEN nº 4.024/61, Lei nº 5.692/71 (Diretrizes para o 1º e 2º Grau), Política nacional de Educação Especial – CNE/2001, Plano Nacional de Educação lei nº 10.172 de 2001 (FERREIRA, 2006), convenção de Guatemala de 1999 promulgada pelo Decreto nº 3.956/2001, lei nº 10.436/02 (Libras), programa Educação Inclusiva: direito a Diversidade em 2003 (programa do MEC), Decreto nº 5.296/04 (regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 para promoção de acessibilidade), plano de Desenvolvimento da Educação – PDE de 2007, Decreto nº 6.094/2007 para implementação do PDE e, em outubro de 2007, a política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva (MEC, SEESP, 2008).

Um outro documento importante em nível nacional, discutido consideravelmente por Carneiro (2008) foi produzido pela Procuradoria Federal do Direito Humanos, em 2004, intitulado, “ O acesso de alunos com deficiência as

escolas e classes comuns da rede regular” (conhecido também como cartilha do MEC). Esse documento apresenta aspectos do campo do Direito Constitucional com os desdobramentos imperativos na área do Direito Educacional, além de orientações pedagógicas para a organização e funcionamento da escola no modelo inclusivo.

De acordo com o referencial teórico do citado documento, entende-se que serão as escolas inclusivas que funcionarão como fontes de germinação para a construção de sistemas educacionais inclusivos. Posiciona conceitos e ideias, tais como, a política nacional de educação inclusiva; a construção de sistemas educacionais inclusivos; a organização e funcionamento de escolas inclusivas; a transformação da escola em ambiente livre de discriminação; a implementação e viabilização de escolas inclusivas que atenda a todos.

No entanto, mesmo diante de alguns progressos, apoio da legislação do aumento da consciência da sociedade para a questão, dos inúmeros debates, eventos nacionais e internacionais que abordam e desenvolvem este tema, ainda se tem uma prática bastante distante da teoria e muitos são os fatos que determinam esta realidade. Nesse sentido, Mantoan (2006) cita o preconceito, as políticas públicas que não encorajam a ruptura com a visão homogeneizadora da escola e o paternalismo em relação aos grupos mais fragilizados como os principais fatores impeditivos de uma inclusão plena das pessoas com NEs na escolas comuns.

Segundo Cavalcante (2005) entender a inclusão não significa apenas cumprir a lei, mas também levar à escola crianças que vivem isoladas de um mundo que só tem a ganhar com sua presença. Além disso, é fazer com que alunos de salas regulares convivam com diversidade sendo esse um dos papéis da escola praticar a responsabilidade pelo outro.

1.2Educações Inclusivas: Da integração A inclusão

A educação é concebida como meio facilitador da valorização pessoal, autoestima entre outros valores, que poderão disponibilizar condições mínimas para compreensão da diversidade como uma característica presente em todos os grupos humanos.

É na década de 1990 que se tem o marco para a continuidade de eventos que fortificam o movimento mundial pela valorização da diversidade, de respeito a diferença. O movimento ganha mais força assim como uma sociedade mais humana, justa e solidária.

No Plano Nacional de educação está prevista até 2015 que a educação pode ser a chave para melhoria de vida das pessoas. Essas proposições provocam uma inquietação em todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão comprometidos com a educação dos alunos que têm deficiências.

A concepção da deficiência e da educação especial, ao longo dos séculos, sofreu profundas mudanças e essa influenciou a prática da educação especial, ou seja, a educação das pessoas que apresentam alguma necessidades educacional especial.

A solidariedade deve fazer parte da educação inclusiva no sentido de todos os sujeitos envolvidos (educadores, pais, alunos, entre outros) apoiarem esse processo de maneira que cada um se sinta na responsabilidade de apoiar o outro. Os sujeitos envolvidos devem compartilhar de interesses e objetivos comuns que venham favorecer a todos: educadores no seu fazer pedagógico; os alunos no processo de desenvolvimento e aprendizagem; os pais, no seu envolvimento do processo educativo dos filho.

Na escola inclusiva a pedagogia está centrada no aluno e não no conteúdo. Ou seja, o educador deve se preocupar em conhecer este aluno, o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, suas habilidades e necessidades, para assim planejar as aula e não ao contrário, ou seja, planejar sua aula visando conteúdos a transmitir sem se preocupar em conhecer os alunos que estão em sala de aula sendo considerados e tratados como “Iguais”, sem diferença sociais, culturais, econômicas, pessoais, etc.

A concepção da educação inclusiva constitui, portanto, um novo enfoque para a educação, trazendo, contribuições valiosas para a reflexão sobre a transformação

conceitual à prática do sistema educacional. Sanchez (2005) defende a educação inclusiva como direito a prevalência de um único sistema educacional para todos.

Na inclusão, a escola se coloca em uma atitude dinâmica, de movimento em direção as várias possibilidades de aprendizados. Buscando diferentes metodologias e aproveitando-se das potencialidades individuais para promover o desenvolvimento do indivíduo. É, antes, de tudo, uma escola que aceita e valoriza a diferença.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma” que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o intuído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (Grifo do autor).

Em tempos de educação inclusiva não há mais espaço para modelos educativos que busquem homogeneizar e normalizar seus alunos, mas sim propostas que contemplem a diversidade (STAINBACK, 2000), fazendo referência a esse último aspecto, as dificuldades e obstáculos enfrentados pela escola dizem respeito a dois pontos principais: o despreparo da mesma em se relacionar com a diversidade de ser e aprender de seus alunos e a formação do professor que historicamente não privilegia esta concepção de inclusão.

Sanchez (2005) afirma que, em um primeiro momento, o termo inclusão surgiu como uma alternativa ao termo integração e, em um segundo momento, como tentativa de eliminar as situações de exclusão de muitos alunos, que estavam sob o princípio da integração. Por fim, surgiu como uma proposta na qual todos os alunos, com ou sem necessidades especiais, recebessem uma educação de qualidade sem distinção nas classes regulares de ensino.

Estabelecidos estes parâmetros conceituais a respeito da educação inclusiva, cabe salientar que é nas perspectivas da inclusão que as pessoas com necessidades especiais devem acessar à escola comum, buscando sua escolaridade em um universo pedagógico preparado para contribuir no seu desenvolvimento através do ensino regular.

1.3 Acessibilidade: dos obstáculos a superação

Acessibilidade é um conceito que se encontra expresso em vários aspectos, conforme autores que trabalham o tema (SASSAKI,2005), por uma gama de condições que possibilitam a qualquer sujeito, independente das necessidades específicas que apresente, transitar, relacionar-se comunicar-se em todos ambientes com segurança, autonomia, independência.

Portanto, o desenvolvimento da acessibilidade no seu conceito macro e a proposta da inclusão tem correlação direta. Para que se consiga de fato fazer inclusão, as barreiras devem ser quebradas conforme as necessidades apresentadas. As instituições de ensino devem promover as condições de acessibilidades aos ambientes, aos seus recursos pedagógicos, a comunicação, a informação e ao diálogo sobre valorização das diferenças (MEC, SEESP,2008).De acordo com Sasaki (2005), as áreas de acessibilidade podem ser descritas em arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental e problemática, compreendendo da prevenção à eliminação de barreiras ambientais, de preconceitos, de estigmas, de estereótipos, de discriminações e, estendendo isso às barreiras invisíveis existentes nas políticas, normas, portarias e leis. Devem remeter à adequação de códigos comunicais, técnicas, teorias, abordagens, métodos, materiais, aparelhos, equipamentos, utensílios, tecnologias assistidas.

Geralmente o conceito de acessibilidade está associado apenas à barreiras física e., como soluções para eliminá-la, em síntese, bastaria a construção de rampas, as quais, muitas vezes, encontram-se fora das especificações técnicas.

É neste ponto que reforça-se que, construir a acessibilidade de fato nas instituições, em todos os seus aspectos, com destaque para a acessibilidade atitudinal, comunicacional e física, implica necessariamente entender a proposta do movimento da inclusão. Caso contrário, pode se correr o risco de ouvir frases do tipo “fomos obrigados a construir essa rampa, por causa do aluno X”, totalmente alheio ao fato de que o papel da escola inclusiva é garantir a todos os alunos as condições de acesso à educação.

Ser uma escola inclusiva exige remover as barreiras que dificultam ou mesmo impedem o recebimento de aluno com necessidades especiais. Segundo Rodrigues (2008), muitas vezes as barreiras estão escondidas, oriundas de condições de acessibilidade, da organização escolar e do currículo.

Fica claro que os conceitos de inclusão e acessibilidade são indissociáveis. Sendo que um depende do outro para acontecer de fato. A inclusão, para sua efetivação, está na dependência direta do rompimento e quebra de todas as barreiras que impedem a acessibilidade, sejam elas físicas, atitudinais ou comunicacionais.

As instituições escolares, a equipe de gestão deve estar sensibilizada e consciente sobre o real papel da escola e, em todos os níveis, desenvolver o valor da inclusão como princípio norteador da educação. Junto a isso, deve desenvolver estratégias e níveis de acessibilidade que contemple a diversidade. É preciso entender que acessibilidade é a garantia do direito de ser, ir e vir de todo indivíduo e que desenvolver essas condições é fazer a inclusão acontecer.

Na acessibilidade metodológica e instrumental, os métodos e técnicas de estudos são adaptados com vistas a proporcionar a participação e envolvimento do aluno e a fornecer o desenvolvimento de todas as habilidades. Isso implica em oferecer instrumentos com o objetivo de permitir essa participação, autonomia e independência, tanto na escola como na vida pessoal.

E, por fim, acessibilidade programática e atitudinal descortinam as invisíveis nas leis e nas políticas públicas, promovem a conscientização da convivência para a diversidade, quebram preconceitos e permitem neste sentido, o cidadão com ou sem deficiência deve exercer a abertura para o novo.

Neste sentido, o cidadão com ou sem deficiência deve exercer o seu direito de exigir acessibilidade, pois a cidadania sugere a luta por condições de igualdade, considerando as diferenças em acessar essas mesmas condições. As formas de exigir essas condições podem ser desde as mais simples até as mais complexas. Partindo da conscientização e da discussão de valores como respeito, diversidade e convivência, a discussão deve atingir a questão dos direitos morais legais.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

Este capítulo trata da metodologia adotada para a realização deste estudo, apresentando uma breve caracterização do local onde o mesmo ocorreu e o detalhamento metodológico da pesquisa, incluindo o campo, população alvo, os instrumentos e técnicas de coletas de dados e de análise de resultados.

2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa realizada foi do tipo descritiva, de cunho quanti-qualitativa, segundo Rauen (1999), a pesquisa descritiva objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la estando interessada em descobrir, observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. De acordo com Mynano (1998), os métodos qualitativo e quantitativo não se excluem, mas ao contrário, e, muitos casos se complementam para melhor evidenciar os aspectos do estudo.

O campo de pesquisa foi a rede de escolas públicas de São João do Rio do Peixe, PB, constituída por 18 escolas municipais, 02 escolas rede estadual e 01 escola especial (APAE). Nestas instituições foram pesquisados diretores e professores sendo que cada escola respondeu a um questionário de perguntas fechadas e abertas.

Os procedimentos metodológicos ocorreram da seguinte maneira na primeira etapa, afim de construir-se um referencial teórico, foi realizado uma revisão bibliográfica, que segundo Rauen (1999), é condição básica para qualquer trabalho uma vez que o pesquisador, precisa se inteirar de dados do acervo humano para balizar seus esforços

No segundo momento, realizou-se uma coleta de dados junto as instituições de ensino, utilizando-se de questionário (APÊNDICE), buscando dados referentes à clientela de alunos com necessidades especiais e as condições da escola frente a proposta da inclusão. O levantamento é formato básico de trabalhos nas pesquisas descritivas. Consiste na solicitação de informações a um grupo sobre um problema estudado para posterior análise qualitativa ou quantitativa (RAUEN,2006).

2.2 Local da pesquisa

O município de São João do Rio do Peixe, está situado a uma distância de 500 Km da capital do estado da Paraíba, tendo uma extensão territorial de 474 Km², uma densidade de 38,36 hab./Km², altitude de 245 m² e um clima semiárido.

O município de São João do Rio do Peixe, está localizado no extremo Oeste do Estado da Paraíba, limitando-se a Oeste com Poço Jose de Moura, Santa Helena e Triunfo, a Sul Cajazeiras e Nazarezinho, a Leste Sousa e Marizópolis, a Norte Uiraúna.

A micro região a que pertence o município é composta de 15 municípios de Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Carrapateira, Joca Claudino, Monte Horebe, Poço Dantas, Poço Jose de Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, onde formam a Associação dos Municípios cujo centro polarizador é o município de Cajazeiras.

Segundo dados do censo populacional de 2010 (IBGE,2010) São João do Rio do Peixe tem um total de 18.201 habitantes, sendo 8.940 homens 9.261 mulheres, assim sendo na zona urbana tem 6.885 na zona rural 11.316 habitantes.

2.3 Procedimentos para coleta de dados

A pesquisa realizada foi do tipo descritiva, de cunho quanti-qualitativa, segundo Rauen (1999), a pesquisa descritiva objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modifica-la estando interessada em descobrir, observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

Assim de também, de acordo com Mynano (1998), os métodos qualitativo e quantitativo não se excluem, mas ao contrário, e, muitos casos se complementam para melhor evidenciar os aspectos do estudo.

O campo de pesquisa foi a rede de escolas públicas de São João do Rio do Peixe, PB, constituída por 18 escolas municipais, 02 escolas rede estadual e 01 escola especial (APAE). Nestas instituições foram pesquisados diretores e professores sendo que cada escola respondeu a um questionário de perguntas fechadas e abertas.

O procedimento metodológicos ocorreu da seguinte maneira na primeira etapa, afim de construir-se um referencial teórico, foi realizado uma revisão bibliográfica que segundo Rauen (1999), é condição básica para qualquer trabalho uma vez que o pesquisador, precisa se inteirar de dados do acervo humano para balizar seus esforços

No segundo momento, realizou-se uma coleta de dados junto as instituições de ensino, utilizando-se de questionário (APÊNDICE), buscando dados referentes à clientela de alunos com necessidades especiais e as condições da escola frente a proposta da inclusão. O levantamento é formato básico de trabalhos nas pesquisas descritivas. Consiste na solicitação de informações a um grupo sobre um problema estudado para posterior análise qualitativa ou quantitativa (RAUEN,2006).

2.4 Apresentação e análise dos resultados

A apresentação dos dados desta pesquisa, bem como a análise dos mesmos estão apresentados aqui em três aspectos sobre o cenário da inclusão de alunos com NEs no município de São João do Rio do Peixe, se as escolas recebem alunos com NEs; qual é o universo destes alunos e o que os caracteriza (números de alunos com NEs, escolaridade, tipo de NEs); quais as condições da escola frente á proposta da inclusão (acessibilidade, formação de recursos humanos: percepção dos profissionais de educação sobre a questão da inclusão de alunos com NEs).

Desta forma, a organização deste capítulo está estruturada primeiramente em uma breve caracterização das escolas pesquisadas e, na sequência, sobre discussão e análise.

2.5 Breve caracterização das escolas pesquisadas

Foram pesquisadas 06 escolas do município, localizadas no meio urbano, pertencentes a diferentes esferas administrativas conforme mostra a quadro abaixo.

**DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS PESQUISADAS POR ESFERA
ADMINISTRATIVA**

ESCOLAS ESTADUAIS	03
ESCOLAS MUNICIPAIS	02
ESCOLAS PRIVADAS	01

Dados do censo de 2014 apresenta um somatório de 54 alunos distribuídos entre essas escolas, como pode ser observado no quadro abaixo:

**DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS POR ESFERA
ADMINISTRATIVA**

ESCOLAS ESTADUAIS	20
ESCOLAS MUNICIPAIS	14
ESCOLAS PRIVADAS	20

Dentro da pesquisa foi verificado também a existências de alunos com necessidades Especiais nas escolas. A pesquisa sobre a existência de matrículas de alunos com NEs nas escolas revelou uma situação heterogênea, permeada pela ausência de dados cadastrais concretos que identifique a situação desta clientela nas instituições de ensino, fato que ficou evidenciado pelo pesquisador no momento da aplicação do instrumento de pesquisa.

Assim das 06 escolas pesquisadas, 01 não recebe ou não identificou alunos com NEs. Das demais escolas, 05 recebem e identificaram esses alunos e oferecem algum tipo de atendimento especializado, enquanto que as demais apesar de receberem e identificarem esses alunos, não ofertam, no momento, nenhum tipo de atendimento especializado

A presença de alunos com NEs nas escolas regulares é algo recente e que tem justificativa principalmente no cumprimento de uma determinação legal e não ainda em um sentimento de comprometimento com a proposta da educação inclusiva.

Por muito tempo compreendeu-se de uma maneira equivocada, que as pessoas com deficiência ou com alguma necessidade especial constituíam-se em pessoas incompletas e limitadas. Essa compreensão se deve, em parte, as

iniciativas pioneiras de instituições especializadas no atendimento terapêutico e educativo dessas pessoas com o intuito de aproximá-los a um padrão de normalidade estabelecido (BEYER,2006).

Desse modo, o conhecimento em como trabalhar com alunos com necessidades especiais ficou restrito e delegado aos profissionais dessas instituições justificando, em parte, a falta de interesse da escola regular em se aprofundar em tal especificidade, o despreparo e, conseqüentemente, a resistência em incluir, em suas salas de aula, esses alunos.

Entretanto, diante dos índices significativos de reprovação e evasão escolar presentes mesmo antes da política da inclusão com pessoas com necessidades especiais no ensino regular, denota que a escola já estava de fato, atendendo a todos com qualidade e garantia de êxito.

2.6 Perfil da clientela NES

As escolas de São João do Rio do Peixe, PB possui alunos NEs e, pelos dados da pesquisa, constatou-se que eles são em número de 54 alunos. Estes apresentam diferentes tipos de Nes, conforme mostra o quadro abaixo:

TIPOS DE NECESSIDADES ESPECIAIS APRESENTADA PELOS ALUNOS	
AUDITIVA	14
INTELLECTUAL	24
FISICA	06

Algo que merece atenção nos dados relacionados a identificação de alunos com necessidades especiais é que o tipo superdotação não aparece citada por nenhuma escola. De acordo com Carvalho (2005), ainda se pensa e age como se a inclusão escolar fosse apenas para alunos em situação de deficiência, havendo um esquecimento de que muitos alunos que não se encontram nessa classificação continuam alheios ao processo educacional, fora das salas de aula, repetindo de ano e evadindo.

Quanto a escolaridade desses alunos, prevalecem as matrículas de ensino fundamental das séries iniciais e séries finais. Cabe salientar, no entanto, que este atendimento especializado se dá, principalmente através do serviço de Atendimento

Educacional Especializado na Deficiência em questão (SAEDE) e, em alguns casos, também com auxílio de um segundo professor. Essa modalidades de atendimento, é política adotada pelo estado da Paraíba

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história mostra que as pessoas com necessidades educacionais especial tem causado inquietação na sociedade, queas tratam de forma diferente. Todavia é importante salientar que as formas de tratamento são resultados de concepção do mundo, do homem e da sociedade de cada período.

Atualmente existem amparos legais para que as pessoas com necessidades especiais tenha acesso a saúde, a educação e ao trabalho, mas é preciso discutir ainda forma para cessar essas necessidades básica do homem. Nos últimos anos na tentativa de incluir todos os alunos no ensino regular muitas discussões estão sendo realizados, especialmente no que se refere ao local que esses sujeitos deveriam estudar.

A garantia do direito à educação para todos, nesse cenário de educação inclusiva, implicará um projeto de políticas públicas que se figurem em ações que façam distinção entre aqueles que acreditam ser possível um projeto de escola que inclua todos os segmentos da sociedade e busquem a construção da cidadania.

Várias são as causas que podem promover a exclusão dos alunos a uma educação de qualidade, considerando as particularidades de acesso ao conhecimento de cada um. Dentre tantas, pode-se destacar a falta de informações sobre como compreender e trabalhar com alunos que possuam necessidades especiais, principalmente no ensino regular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Zélia Maria Ferraz. **Novos modelos Institucionais na Educação Profissional e o Problema de Sustentabilidade.**

BEYER, Hugo Otto. **A educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial, In Inclusão: Revista da educação Especial.** Secretaria da educação especial/ MEC. Brasília, n. 02, p. 08 –11, agosto 2006

CARNEIRO, Moacir Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classe comum.** 2 ed. Petrópolis: Vozes 2008

CAVALCANTE, Meire. **A escola que é de todas as crianças. In: Nova escola a revista do professor. Fundação Victor Civita. N 182. P 40-45, maio 2005.**

FERREIRA, Júlio Romero. **Educação Especial, Inclusão e política educacional: notas brasileiras. In Inclusão e Educação; doze olhares sobre a educação inclusiva, David Rodrigues (org.).**São Paulo: summus, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Educação escolar: o que é? Por que? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

RAUEN, Fabio Jose. **Elementos da iniciação á pesquisa.** Rio do Sul: Nova era 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi, **Inclusão: o paradigma do século 21. In: Inclusão: Revista da Educação Especial.** Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília n. 01, p. 19-23, ou. 2005

APÊNDICES

Prezada Senhora,

Pelo presente venho informar-lhe que irei realizar nas escolas municipais de São João do Rio do Peixe, uma pesquisa com o objetivo de diagnosticar a realidade de inclusão dos alunos com Necessidades Especiais neste município. Acreditamos que essa pesquisa trará subsídios para uma maior compreensão sobre a realidade no município, bem como, para o trabalho e na elaboração de futuros programas que acreditem na possibilidade de uma transformação social, rumo a uma sociedade mais justa menos excludente

Neste sentido estamos aplicando um questionário com perguntas referente a realidade da inclusão escolar nas escolas municipais. Gostaríamos de contar com sua colaboração, pois as informações coletadas serão de grande relevância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Atenciosamente,

Jacob Vicente de Sousa
Pesquisador

QUESTÕES

1 – A escola recebe alunos com necessidades Especiais atualmente?

() sim () Não

Em caso afirmativo, preencha o quadro abaixo.

Necessidades Especial	Visão	Auditiva	Intelectual	Física	Conduta típica	superdotação	Outras (Especificar)
Quantidade							
Escolaridade (Nível)							
Recebem atendimento especializado () sim, qual () não							

1 – Possui Recursos Humanos com formação? Capacitação em Educação especial/inclusiva.

() Sim () Não

Em caso afirmativo qual área? _____

Nível: () Aperfeiçoamento

() Graduação

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

2 - A escola necessita de curso voltado para o atendimento as pessoas com necessidades especial?

() sim () Não

Em caso afirmativo, qual curso? Voltado para() Superdotação () conduta Típicas () Deficiências

4- Sua escola tem acessibilidade Física para todos?

() Sim () Não () Parcialmente

5- A escola possui uma sala de especializada destinada educação inclusiva?

() Sim () Não

Se responder sim! A sala de aula atende as necessidades básicas do aluno especial.

6 – O PPP da escola é construído de acordo com a realidade da clientela

7- Quais instrumentos a escola disponibiliza para sala de AEE?